

Trajelórias de socialização: modos de dizer e de fazer aproximando agentes prisionais, internos e comunidade.

D. G. Santos¹, D. A. Santos², L. A. O. Lima³, M. C. Mendonça filho

Grupo de Estudos e Pesquisa em Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão- SE, Brasil

dani_dgs@yahoo.com.br

As relações sociais pautadas no sistema capitalista atravessam uma crescente sensação de insegurança. O sistema prisional não se apresenta como garantia de punição aos corpos sociais que se desviaram de suas funções. A função do encarceramento conduz uma implicação na produção de modos de vida. A pesquisa destaca às influências dos modos de dizer e de fazer, presentes nas trajetórias de socialização, aproximando agentes prisionais, comunidade e internos a partir de uma reflexão crítica diante do modelo prisional e da crescente dificuldade de manter a ordem pública. A pesquisa conta com técnicas e estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas, privilegiando uma perspectiva metodológica etnográfica e a Análise Institucional. Os resultados se baseiam nos discursos de atores sociais sobre as influências da instituição carcerária e de outras instituições presentes no cotidiano. As práticas cotidianas reveladas através das trajetórias de socialização dão voz às escolhas empreendidas pelas crenças do homem nas e pelas instituições e no grupo que integra, a sociedade.

Palavras chave: Insegurança Social, Sistema Prisional e Trajetórias de Socialização.

The social relations regulate in the capitalist system crossed a grow sensation of insecurity. The prison system isn't present guarantee of penalize of the social bodies that diverted of your functions. The function of convict to lead in an implicate in the production of live way. The research point the influences of the way to say and to make, presents in the sociable trajectories, bring prison agent, community, prisoner from of a criticism reflect in front of prison model and grow difficulty to keep the public order. The research use technique and method strategy quality and amount, prominence a perspective etnográfica and an Institution Analysis. The results are presents in the speech the socials actors about the influences the prison institution and of others institutions presents in the dailies. The dailies practices reveal through of the sociable trajectories speak about the choice for humans beliefs in the institutions and group that make part, the society.

Keywords: Social Insecurity, Prison System, Sociable Trajectories.

1. INTRODUÇÃO

As instituições são amostras da atuação do Estado, dentre suas funções, as instituições, que são relacionadas à regulação de forças sociais, econômicas e políticas, destaque para, a instituição sistema prisional que serviu de base para as inferências e reflexões desta proposta de trabalho. O sistema prisional é uma das formas de notificar a amplificação do Estado, tendo em vista sua função de dispositivo de controle através de ações de aprisionamento e de encarceramento.

No Brasil, assim como em diversos países, o sistema prisional é entendido como medida de segurança e emergência no combate as dificuldades de governabilidade. Ao invés de espaços propostos a convivência e a socialização, o que pode ser visto são exemplos de punição e de alargamento das penalidades sob um discurso de reeducação às normas sociais infringidas.

A pesquisa⁴ propõe um olhar sob as construções sociais apoiadas na dimensão comunitária, envolvidas por instituições e pelos modos de dizer e de fazer relacionados à socialização. O que

¹ Bolsista PIBIX.

² Bolsista PIBIC.

³ Bolsista PIBIC/ VOLUNTÁRIO.

se entende por dimensão comunitária tem a ver com as práticas cotidianas (ações realizadas nas comunidades e nas instituições) e que coadunam com uma proposta de analisar e reinventar as instituições.

A dimensão comunitária se reinventa a partir das reconfigurações institucionais, experimentando alternativas que resgatem o propósito de segurança e de confiança, cada vez mais desaparecidos dentro e fora da sociedade. Tomando por base o sistema prisional foi possível atentar para as articulações do sistema que aglomera exemplos de transgressões do pacto social, amplificando modos de punição aos demais membros do grupo familiar.

Por um lado, propostas de re-socialização foram difundidas em favor de novas funções, ligadas as novas trajetórias de cidadania, os quais se afastam dos modelos anteriormente valorizados. Por outro lado, o encarceramento continua cumprindo sua função de afastar os inadaptáveis, os transgressores do pacto social.

Esse olhar atento a re-socialização pautada nas trajetórias de socialização re-escrevem histórias esquecidas, sob o peso dos pactos de produtividade na sociedade moderna. As trajetórias, entre suas tarefas, viabilizam a aproximação das histórias das pessoas, dos lugares, das comunidades etc.

As trajetórias resgatam os percursos, as escolhas e os caminhos dispostos aos atores do corpo social. Ao resgatar as histórias é possível verificar aproximações entre cidadãos, internos e agentes do sistema prisional, membros das comunidades, os quais presenciam as substituições das tradições artesanais pela extração seriada de bens de consumo.

Diante do ritmo da globalização, seria menos custoso pensar que naturalmente as pessoas nascem cidadãos, nascem potenciais infratores ou nascem potenciais exploradores de riquezas naturais, nascem para se manifestar produtores e movimentadores de um sistema capitalista que vai além do setor financeiro. Pensar as práticas cotidianas aproximadas em tempo, espaço e condições sociais potencializa o desenvolvimento e compreensão o que por sua vez pode proporcionar desses indivíduos, propõe uma maior atenção ao desgaste que vem sofrendo as relações humanas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Atualmente público alvo no desenvolvimento da pesquisa conta com diferentes trajetórias de socialização das comunidades referidas por agentes prisionais e internos do sistema prisional do estado de Sergipe. Os grupos referência foram decorrentes da vinculação estabelecida com agentes e internos das unidades prisionais dos municípios de São Cristovão, Areia Branca, Nossa Senhora da Glória e do presídio feminino de Aracaju. Os grupos referência construíram o objeto de estudo desta pesquisa que investiga os modos de dizer e de fazer reconhecíveis nos discursos e nas relações cotidianas das comunidades estudadas.

O objeto de pesquisa não equivale a personagens fixos, que genuinamente ocupem a função de agente prisional ou de interno do sistema prisional. Os personagens exemplificados nortearam os direcionamentos de campos a ser investigados, a partir do vínculo formado em etapas anteriores realizadas pelo grupo de pesquisa, a amostra indicava municípios e cidades nas quais foram introduzidas as primeiras inferências.

A análise das funções, “agentes prisionais” e “internos do sistema prisional”, objetivou os modos de dizer e de fazer, de tais personagens. Articularam-se às suas práticas, reproduções de instituições, que passaram e se solidificaram ou foram abandonadas por diferentes motivos a mercê de manobras políticas, econômicas, culturais etc.

No entanto, estas articulações e abandonos pelos quais circundaram a análise das instituições estudadas serviram para resgatar os reflexos, da instituição sistema prisional, presentes nos dispositivos do Estado.

⁴ Pesquisa intitulada CARACTERIZAÇÃO COMPARATIVA DOS VÍNCULOS E TRAJETÓRIA DE SOCIALIZAÇÃO DE AGENTES E INTERNOS: Como o escravo, como o capataz? (em sua última fase) está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - CNPq/UFS.

O recurso da perspectiva etnográfica foi utilizado na inserção do campo de pesquisa. Para elucidar os métodos pelos quais agentes e internos do sistema prisional aprimoram as regras institucionais, foi necessário uma proximidade com o cotidiano desses personagens e de suas experiências de significação. A proximidade com os caminhos de socialização da amostra expandiu o campo de entendimentos, abrangendo realidades e exigindo, por parte dos pesquisadores, atenção aos perigos de um “envolvimento” pelo campo de estudo, e por histórias particulares.

A atenção e a implicação do pesquisador no campo não despessoalizam sua abordagem ao mesmo que serviram de estratégia na efetivação da perspectiva etnográfica. Ao contrário, uma despessoalização inviabilizaria a possibilidade de elaborar análises, sobre produções discursivas do cotidiano. As análises serviram, por sua vez, enquanto instrumento genuíno para a caracterização da produção de sentidos que sustentam o funcionamento instituído do encarceramento; funcionamento este que foi corroborado por deveres impostos pelas instituições, pela segurança da convivência em comunidade.

O trabalho de campo seguiu procedimentos e técnicas de coleta de dados construindo e considerando que os conteúdos referentes aos modos de dizer e de fazer não estavam prontos e fixados a espera dos pesquisadores para se tornarem conhecimento científico. Ao invés, de uma comum e pretenciosa coleta de dados, utilizamos um registro seletivo de informações que admitiu valores situacionais em seu entorno, como também as significações dos personagens para suas ações.

Os diários de campo serviram de instrumento técnico utilizado no registro das inserções ao campo. Esta forma de apreensão e de registro dos conteúdos deu-se após as visitas às unidades carcerárias, aos grupos de referência, aos municípios, e as cidades indicadas pelos grupos de agentes e internos após a vinculação. As visitas foram organizadas agrupando seus pesquisadores em duplas, os quais se reorganizam a cada investida, seguidos por trocas de leituras dos diários e das impressões nas reuniões de pesquisa semanais.

Os diários foram construídos, evidenciando parcerias entre acontecimentos no campo de inserção e notificações de descrição e de questionamentos do pesquisador. As técnicas audiovisuais e as entrevistas não estruturadas contribuíram no registro das pesquisas de campo, entre elas: filmagem e gravação de áudio, questionários sócio-demográficos.

Os dados analisados foram produzidos ao longo da pesquisa segundo referenciais que integram dimensões quantitativas representadas. Sobretudo, os dados analisados pela caracterização socioeconômica dos informantes e sujeitos da pesquisa são construídos a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, com a dimensão qualitativa de análise dos fragmentos discursivos expostos e de discussões sobre análise institucional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o projeto de pesquisa previa a identificação dos grupos de referência e a constituição a partir desses, nas trajetórias de socialização, dos internos e agentes penitenciários dos presídios visitados, foram selecionados membros das dimensões sociais e institucionais que atuaram como informantes a realização da pesquisa.

A estrutura prisional por muitas vezes se mostrou empecilho para continuidade da pesquisa, assim como, sua extensão as trajetórias de socialização. Para tanto, mostrou-se imprescindível a estratégia das vinculações, as quais exigiram tempo, porém contribuíram para superar a rigidez burocrática, que comprometia as normas das instituições presídio e das instituições sociais que unem diferentes pessoas, sejam agentes, sejam internos.

Diferentes assertivas apareceram nos modos de possibilitar e de barrar a entrada dos pesquisadores; e fizeram-se presentes nas indicações por parte da direção dos presídios quanto aos internos “bons de conversar”; nas indicações dos agentes que denunciavam a supervisão e omissão de colegas, que se tornam distantes de suas atribuições e próximos da direção ou dos internos; nas indicações dos internos que denunciam a construção de uma sociedade de interesses, deveres e direitos construídos pelos internos para proteger e punir entre eles os movimentos isolados de autonomia no presídio.

Os cidadãos, denominados como homens de “bem”, por exemplo, agentes penitenciários, familiares de internos e atores de socialização nas cidades visitadas, em suma, todo aquele que não transgredir as normas sociais, em suas falas revelam vidas reguladas pelo funcionamento da instituição prisional. Essas pessoas foram marcadas por suas funções, por seus empregos, por suas vizinhanças, pelas histórias que mudam de curso. A lógica é a mesma que, constantemente, remodela atribuições, as quais não são exclusivamente, punitivas àqueles que as infringem.

As vidas foram suspensas quando ameaçaram o ordenamento social. Temporariamente, as vidas ficaram direcionadas, semelhante situações de alerta. Destinou-se tempo e cuidado as observações que avaliam em um primeiro olhar, marcas de um provável criminoso. Aqueles que acompanharam o aprisionamento de familiares também presenciaram o remodelar de suas atividades, mais especificamente, existe um condensar de mais atividades, mais responsabilidades. As funções foram medidas pela prioridade de fazerem ou não parte da manutenção das despesas da família, assim como, vidas foram privadas a cada acompanhar de processos, julgamentos e no acompanhar de visitas.

Há uma extensão da punição, ao mesmo tempo em que, discursos e práticas exemplificam isolamentos. Nos isolamentos criados foram construídas funções e atribuições voltadas para a manutenção da lógica de encarcerar, para proteger e assegurar um lugar na sociedade. As punições ao cidadão, ao componente social, não apenas isolam, também criam sociedades, com regras que instituem fazeres e deveres. Michel Foucault (2003) na obra *A Verdade e as Formas Jurídicas* ao falar das instituições e do modo como se estendem, esclarece, a sociedade se ordena, “... em torno da norma, em termos do que se deve ou não fazer” [3].

No desenvolvimento da pesquisa foram visitadas as unidades prisionais de nossa Senhora da Glória, São Cristovão, Areia Branca e presídio feminino, bem como, visitas as unidades de formação e sindicatos dos agentes prisionais e as cidades e povoados dos municípios de Lagarto, Simão Dias e São Cristovão e a zona urbana de Própria. As visitas aos municípios e aos povoados foram relevantes para os investimentos de acompanhamento das trajetórias de socialização.

Seguindo a proposta de acompanhar as trajetórias de socialização as quais expandiram a amostra que tomou desde o início a caracterização de agentes prisionais e internos do sistema prisional como ponto de partida, nesta última fase da pesquisa apresenta novas configurações. Na trajetória de socialização, o mapeamento das práticas revelou-se um conjunto de práticas que no processo social caracterizam a produção e reprodução de crenças e valores, dos modos de entender a vida.

As trajetórias de socialização, em sua complexidade e refinamento, fizeram-se necessárias, as estratégias de vinculação entre pesquisadores e comunidade de modo mais cauteloso e efetivo. Não existia um lugar a sermos, enquanto pesquisadores, reconhecidos. O que existiam eram mudanças de tempo, de espaço, de pessoas, e a cada investida um recomeço delicado, a final o lugar e as pessoas se estendiam, bem como, suas histórias e o modo como nos era relatado.

Nas falas das pessoas questionadas por suas histórias estavam reunidos personagens que expõe suas narrativas, de modo a colocar, de lados opostos, as histórias de socialização de cidadãos, e as histórias de transgressores sociais. Resgatando observações feitas pelos autores Peter Berger e Thomas Luckmann, 2003, ao questionar os papéis ocupados pelas pessoas e que se relacionam com seus hábitos, “as origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objetivação que as origens institucionais” [2].

As tentativas de distinguir os homens em papéis e funções sociais naturalizados foram ressaltadas por Michel Foucault (2003). Tal esforço serviu aos grupos de referência enquanto estratégia de proteção e que resguarda os componentes do grupo. Seguiram-se servindo uma lógica na qual os membros que se voltavam contra a manutenção da lógica social, são entendidos semelhantes a transgressores que comprometem a sociedade.

A idéia de criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia

teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade [3].

A penalidade no século XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos [3].

A sociedade que protege e resguarda é a mesma que direciona lugares e deveres aos que a ameaça. As penalidades serão alteradas quanto a sua atuação pós século XIX, contudo não abrem mão da idéia de controlar e prever o comportamento dos homens dispostos em suas influências.

O século XIX formou certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, “saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância” [3]. A infração, a extensão da transgressão não é apenas “... dano não é somente uma ofensa de indivíduo a outro, mas também uma ofensa de indivíduo ao Estado, um ataque não ao indivíduo, mas a própria lei do Estado” [3].

As instituições não têm por finalidade excluir indivíduos, mas fixá-los, ligá-los aos aparelhos de produção, normalizá-los. Um objetivo das instituições é “... ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou produtores em função de uma determinada norma” [3], trata-se de uma inclusão por exclusão.

A sociedade industrial, urbanizada, produtora e consumista é a mesma em que o tempo dos homens é colocado no mercado para que seja transformado em tempo de trabalho. As instituições, suspendem, seqüestram controlando tempo e corpos dos indivíduos, foi criado um novo poder, o poder polimorfo, polivalente reunindo econômico, político, judiciário, epistemológico, um poder ao qual a comunidade se encontra implicada.

A cada visita as comunidades foram empreendidas tentativas de resgate de trajetórias de socialização. A cada intervenção nas vidas, tomando como ponto relevante minimizar nossas interferências foram relatadas histórias, hábitos e temáticas relevantes aos componentes dos diálogos. As relevâncias serviram em algum momento para assegurar origens, propor garantias e importâncias servindo de referência aos modos de construir e visualizar aspectos da coletividade de produção do social.

Na posição de pesquisadores, nossas falas não excluíram as curiosidades dos questionamentos a respeito do saber socializador. Os diálogos entre pesquisadores e moradores dos municípios visitados se aproximavam a cada vez que os pesquisadores retornavam ao campo, retornávamos nossas intervenções, recuperávamos o lugar e suas histórias.

Os modos de dizer e de fazer de acordo com as articulações de modos de vida e a relação dizem sobre as instituições que aparecem no que se fala e nos modos de existência, ao mesmo tempo em que, falava-se da manutenção de modos de vida, a vida a disposição do Estado.

Os modos de dizer e fazer foram anunciados pelos movimentos que revelaram preferências, seja via reflexos de histórias presentes e passadas, seja pelo motivo que conduziram pessoas distantes as se aproximarem. Em alguns instantes as vidas se ligaram um pouco mais, ou se afastaram quase que definitivamente. Mesmo ocupando os mesmo lugares, por períodos de tempo semelhantes e por mais que se tente distingui-las, persiste a sombra do que foi construído junto às experiências. O que os diferenciava e os aproximava, principalmente, foram às formas, as imposições dos deveres e as buscas pela satisfação dos interesses.

As comunidades abrigam e comportam histórias com conteúdos que refletem funções comunitárias influenciadas e influenciadoras de instituições. As funções comunitárias resgatam o que há e que pode proporcionar proteção, o que se acredita trazer progresso, avanço para a cidade, ao povoado, a rua e seus moradores.

Resumidamente, a comunidade apresenta deveres e direitos não distintamente encontrados fora de seus domínios, no que poderia ser conhecido como mundo exterior, mundo rendido ao capitalismo, as motivações econômicas, a globalização e a fugacidade das relações. Zygmunt Bauman (2003) na obra *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual* trabalha a idéia que a comunidade seria o resquício de familiaridade, onde a desconfiança das práticas poderia ser

suspensa, e onde se pode reconhecer segurança e confiança. “O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” [1].

A realidade vivenciada pelo homem globalizado parece excessivamente distante da comunidade. A comunidade imaginada justifica toda rapidez e dureza das ações de realidade ao mesmo tempo em que fortalece expandindo a forma a comunidade imaginada. A ação de confiar e se assegurar na realidade distanciada da comunidade movimenta conquistas pontuais e particulares.

A comunidade é a garantia que há um lugar para regressar, um lugar para poder sentir reflexos mais suaves do ritmo que encadeia o cotidiano, das trocas, das relações, das obrigações. Na comunidade pode-se ainda resgatar a implicação nas ações, nas normativas reconhecidas pelos membros do grupo, ao contrário do caráter suavemente impositivo que se obtém nas relações exteriores.

Os conteúdos analisados dizem sobre os modos de fazer e de dizer dos moradores dos municípios e povoados selecionados. Estas pessoas em suas narrativas descrevem e refletem sobre suas condições de vida, sobre fatos possibilitadores do desvio do *status* de cidadania, sobre as memórias esquecidas etc.

As temáticas das conversas entre pesquisadores e moradores das comunidades visitadas investiram no âmbito dos espaços, como se dava o movimento das ruas, das cidades, das relações pessoais. Aos poucos a vinculação nos permitia, na postura de pesquisadores, uma maior familiaridade, ainda que alterando, repentinamente, de interlocutor.

A sensação de insegurança atravessa a formação de uma sociedade, efetiva o modelo penal no enfrentamento dos problemas de segurança pública, “... a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva” [3].

A contradição existente entre a dimensão comunitária e as noções desinstitucionalização, se aproximam enquanto dimensão social, aos modos de reinventar atualizações institucionais contribuindo com os interesses sociais das pessoas.

A cada inserção no campo, nas dificuldades e até mesmo nas desconfianças, podem ser vistos elementos de discussão e problematização para os pesquisadores. A cada suscitar de novas questões, as quais pareciam incoerentes num primeiro momento, porém justificáveis, mesmo que, incipientes, permitiram a compreensão das trajetórias de socialização dos grupos de referência.

Os antagonismos do século XIX podem ser vistos como formadores de aparentes compositores homogêneos de subjetividade. Em seguida, no século XX, com a sociedade do consumo desfaz-se uma homogeneidade da subjetividade. Seguindo tal movimento tem-se na deterioração do homem ao lado de espaços para zonas de miserabilidade a presentificação do capitalismo. Esse é o espaço onde centros de grande exploração possuem espaço para trabalhar.

O que se tem de modo cada vez mais crescente, em países capitalistas, é o maior investimento na tensão social e no desespero da condição humana entre seus habitantes. Félix Guatarri (1990) na obra *As Três Ecologias* narra a respeito da tensionalidade social e dos reflexos presentes na condição de vida em grupo. Segundo Guatarri investiu-se, mesmo que minimamente, em “dispositivos que produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir ao sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero” [4].

4. CONCLUSÃO

O ritmo acelerado das vidas, a minimização de vínculos, a padronização de comportamentos reduzem e deterioram progressivamente modos de vida. Por um lado o desenvolvimento em larga escala e de forma continuada de novos meios técnicos- científicos e do outro a incapacidade de assegurar a formação subjetividade entre forças sociais. Vê-se um movimento que re-invidica a proliferação de singularidades.

Nas falas e nas experiências, as narrativas contribuíram informando os modos locais de se acessar os saberes da comunidade, no acesso aos modos de existência, das existências nas

dimensões institucionais. Acompanhando diferentes comunidades foi possível presenciar ações de resistência as reorganizações e as reconstruções presentes no remanejamento de valores, das novas formas de organização.

As instituições aperfeiçoam seus modos de regulamentar antigos e novos pactos sociais. As atualizações dos modos de controle se alicerçam na segurança proporcionada ao homem diante das mudanças e das transições do desenvolvimento local. O atual quadro de expansão de urbanismo chega gradativamente aos povoados, onde costumes são alterados, e se justifica a falta de referencia a rapidez das mudanças.

As dificuldades de vinculação não são exclusivas ao personagem pesquisador que se aventura na comunidade. As dificuldades são estendidas a tudo que implica mais concessões, a perda do que era tão particularmente conhecido. As vinculações tomam um sentido que primeiramente surgem de negociações e acordos entre instituições, para num momento seguinte estender a vinculação entre pessoas.

-
1. BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
 2. BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2003.
 3. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais; supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novais. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2003.
 4. GUATARRI, Félix. *As Três Ecologias*. São Paulo. Papyrus Editora, 1990.